



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

ATA DE REUNIÃO

19ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas

Ajuda Memória

Nos dias **28 e 29 de junho de 2018**, na Sala CT-01 do edifício do Ministério do Meio Ambiente, na SEPNN 505, Brasília-DF, realizou-se a décima nona reunião ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES NA REUNIÃO:

João Paulo Sotero – SBio/MMA

Adriana Brito da Silva – SMCF/MMA

Adriana Leão – ICMBio

Danielle Blanc – SEAP/PR

Débora Calheiros – Rede Pantanal

Cristina Cuiabália Neves – SESC Pantanal/Sítios Ramsar

Jader Alves Oliveira – SAIC/MMA

Juliana Bosi de Almeida – Bird Life International/SAVE Brasil

Júlio César Sampaio – WWF- Brasil

Kleber Souza dos Santos – MAPA

Igor A. Vidal Barbosa – MRE

Nelson Ananias Filho – CNA

Sara Mota – IBAMA

Yara Schaeffer Novelli – Rede MangueMar

DEMAIS PRESENTES:

Maurício dos Santos Pompeu – SBio/MMA

Paula Moraes Pereira – SBio/MMA

Cassio Bernardino – WWF-Brasil

Erika de Almeida – Rede MangueMar

Brunna Melão – SBio/MMA

Martten Karine Palheta – SEAP/PR

Elielma R. Borcem – SEAP/PR

Daniel L.Z. Kantek – ICMBio

1. Abertura

O Sr. João Paulo Sotero, Coordenador do Departamento de Conservação de Ecossistemas da Secretaria de Biodiversidade - DECO/SBio/MMA, iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes e solicitou que todos se apresentassem. Logo após, foi proposta e aprovada uma inversão de pauta no segundo dia, de modo que as ONGs presentes na reunião pudessem participar das discussões sobre o processo eleitoral das ONGs no CNZU.

2. Aprovação da Ajuda Memória da 17ª Reunião Ordinária do CNZU

A Ajuda Memória da 18ª Reunião Ordinária do CNZU foi aprovada.

3. Informes

Antes da apresentação dos informes, a representante da Rede Pantanal, Débora Calheiros, questionou se a Recomendação CNZU nº 9, que "dispõe sobre o Projeto de Lei do Senado nº 750, de 201, que visa estabelecer a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal" estava sendo considerada nas discussões no congresso. O analista ambiental Maurício Pompeu informou que sempre que ocorrem reuniões para discutir o posicionamento do governo sobre o tema, as sugestões presentes na Recomendação são consideradas. Informou, por exemplo, que a versão vigente até aquele momento considerava a bacia hidrográfica como a unidade de gestão para a proteção do bioma. Isto foi uma demanda levada pelo MMA decorrente das discussões no CNZU.

2ª Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade: Mencionou-se que o processo de atualização das áreas prioritárias está em curso. Os biomas Cerrado, Caatinga e Pantanal já finalizaram seus processos com a publicação da Portaria MMA nº 223, de 21 de junho de 2016. Já os biomas Pampa, Mata Atlântica e Amazônia, além da Zona Costeira e Marinha estão sendo revisados sob a coordenação da

SBio/MMA, com apoio de empresas contratadas, a saber: Instituto Curicaca (Pampa), Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ (Mata Atlântica), WWF-Brasil/MPEG/TNC (Amazônia), e CI/WWF-Brasil (Zona Costeira e Marinha).

"Declaração para a Conservação, Desenvolvimento Integral e Sustentável do Pantanal": Foi dito que durante o 8º Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília, em março de 2018, foi assinada a Declaração pelos ministros de meio ambiente do Brasil, Paraguai e Bolívia. Este é um marco e uma oportunidade para que os três países desenvolvam ações conjuntas para a conservação do Pantanal.

Novos sítios Ramsar: Ainda durante o 8º Fórum Mundial da Água, foi anunciado o reconhecimento de três novos sítios Ramsar: o "Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha"; e os sítios regionais "Rio Negro" e "Estuário do Amazonas e seus Manguezais". Com isso, o Brasil passa a contar com 25 sítios

Ramsar, um deles o maior do mundo, o sítio Ramsar Rio Negro. Nesse momento, Yara Novelli (Rede

MangueMar) ressaltou a importância de dar atenção especial à implementação dos sítios Ramsar, e João Paulo (SBio/MMA) respondeu dizendo que esta é uma prioridade do Ministério e que, para os sítios Ramsar regionais, o MMA e o ICMBio estão planejando ações neste sentido.

Construção do mecanismo de governança dos sítios Ramsar regionais: Foi dito que o processo de construção da governança dos sítios Ramsar regionais é um desafio para todos os responsáveis pelas suas gestões. Por

isso, o MMA e o ICMBio estão tecendo esforços para buscar alianças e mecanismos de gestão apropriados para as regiões.

Sítio Ramsar Rio Negro: Informou-se que estão ocorrendo reuniões locais e em Brasília para esclarecer aos maiores interessados no reconhecimento internacional, os atores locais, do que se trata a designação sítio Ramsar. Estas são oportunidades, também, para discutir as possíveis formas de governança do sítio, que é composto por diversas UCs e TIs. Ademais, citou-se a publicação da Portaria nº 222, de 12 de junho de 2018, que "dispõe sobre a instituição de comissão para elaborar proposta de mecanismo de gestão do sítio

Ramsar Rio Negro". Essa comissão será composta por representantes do MMA e diversas entidades convidadas: ICMBio, FUNAI, Ministério da Defesa, SEMA/AM, ANAMMA, Mosaico de UCS do baixo Rio Negro, ONGs, FOIRN, INPA e FOPEC.

Sítio Ramsar do Estuário do Amazonas e seus Manguezais: Adriana Leão (ICMBio) reportou que o ICMBio e o MMA estão trabalhando em uma proposta de governança que inclui diversos representantes da região, incluindo cientistas e comunidades tradicionais, e está sendo programado um seminário em Belém, em agosto ou setembro, para "desenvolver sentimento de pertencimento ao sítio Ramsar dos manguezais amazônicos, definir proposta de sistema de governança e estabelecer os próximos passos". O seminário contará com a participação de gestores das unidades de conservação, representantes das comunidades locais, representantes dos governos estaduais, do ICMBio e do MMA, organizações da sociedade civil parceiras, especialistas e cientistas convidados. Estão previstas também a publicação de uma revista sobre o sítio Ramsar e outras atividades como cursos, oficinas e intercâmbio para troca de experiências. Uma primeira proposta de mecanismo de governança está em discussão e prevê uma organização em dois níveis: subestadual (agrupando em alguns casos) e nacional - podendo haver subdivisões em casos particulares, havendo necessidade e viabilidade. Yara Novelli sugeriu o envolvimento do Grupo de Assessoramento

Técnico do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância

Socioeconômica do Ecossistema Manguezal (GAT/PAN Manguezal) para a implementação do sítio Ramsar. Adriana agradeceu a recordação e disse que essa é a ideia e que já estão sendo realizadas conversas com representantes do GAT/PAN Manguezal. Juliana Almeida (Bird Life International/SAVE Brasil) lembrou que os envolvidos no Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves Limícolas Migratórias também devem ser considerados na implementação do sítio, já que os manguezais da região são importantes regiões para muitas aves migratórias consideradas neste PAN.

Proposta de ampliação do sítio Ramsar Rio Negro: Apresentou-se a proposta de ampliação do sítio Ramsar Rio Negro, de modo que ele também represente áreas protegidas da parte alta da bacia hidrográfica do rio negro. Recordou-se que os sítios regionais deverão favorecer a gestão das áreas úmidas, que são regidas por processos ecossistêmicos da bacia hidrográfica como um todo. Mencionou-se que o MMA está em diálogos com o Gabinete de Segurança Institucional e com o Conselho de Defesa Nacional - CDN, já que a proposta de ampliação adentra a faixa de fronteira (150 km a partir do limite com os demais países), área sensível do ponto de vista da defesa nacional. Ao final, todos concordaram que a ampliação do sítio seria um ganho para a gestão das áreas úmidas, mas compreenderam que é necessário o aval do CDN para sua formalização junto ao secretariado de Ramsar. Foi dito que a representante da SBPC, Maria Tereza Piedade, poderá contribuir com as discussões sobre a ampliação do sítio Rio Negro, além da proposta de sítio do Juruá e Guaporé. Nesse momento, informou-se que ela estava ausente, apesar dela ter manifestado interesse em participar da reunião. Infelizmente sua participação foi prejudicada por problemas de comunicação, que impediram a compra de suas passagens à Brasília.

Delimitação da zona costeira, em sua parte continental: Apresentou-se, brevemente, os resultados da consultoria contratada pelo MMA para propôr uma metodologia de delimitação da zona costeira, em sua parte continental. Reportou-se a realização de uma oficina de trabalho, que contou com especialistas e representantes do IGBE e MMA, e que uma futura contratação de consultoria para mapear a zona costeira levará em consideração os seguintes níveis de informação: Nível I: Primeira compartimentação espacial a ser realizada a partir dos ambientes de sedimentação marinha e fluviomarinho do período Quaternário, incluindo todos da idade holocênica e pleistocênica, de forma a abranger a maior parte dos ecossistemas costeiros e transicionais; Nível II: Descreve os limites da ocorrência de ecossistemas costeiros e limites geobotânicos (combinação da classe geológica e geomorfológica com o tipo de formação vegetal); e Nível

III: Destinado à inclusão de áreas úmidas, como lagoas e lagoas costeiras e estuários, as quais não tenham sido incluídas no nível II. Na sequência, Yara Novelli ressaltou a presença de técnicos do IBGE na oficina, pois eles tem trazido grandes contribuições ao processo. Também enfatizou que a parte marinha não pode ser esquecida, uma vez que os processos ecossistêmicos da zona costeira são totalmente dependentes do mar, tanto quanto dos processos continentais.

Participação do Brasil na reunião preparatória para a COP-13: A analista ambiental Paula Pereira reportou sua participação na reunião preparatória para a COP-13 de Ramsar, realizada em San José/Costa Rica. Informou que durante o evento foi aprovada a "**Declaración de San José a la convención de Ramsar**", cujo teor versa sobre a cooperação contínua a nível regional, sobre o compromisso de trabalhar em prol da conservação e uso racional das áreas úmidas, com a participação de diferentes atores sociais, e sobre a necessidade de fortalecer a participação dos povos indígenas e comunidades locais, dentre outros. Falou da reunião da **iniciativa regional da Amazônia**, ocorrida durante a Pré-COP, quando informou-se que somente Brasil e Colômbia manifestaram apoio formal à iniciativa, mas que os demais países se comprometeram em encaminhar suas cartas de apoio. A reunião centrou-se na discussão de uma proposta de resolução Ramsar sobre as iniciativas regionais, que prevê a possibilidade do secretariado da Convenção gerir recursos financeiros de projetos internacionais. A próxima reunião ocorrerá durante a COP-13, sob coordenação da Colômbia. Paula também falou da reunião da **iniciativa de Mangues e Corais**, também realizada durante a Pré-COP. Essa iniciativa agora conta com a coordenação conjunta da República Dominicana e Honduras, e atualmente os países estão preparando vídeos para sua divulgação e para alavancar recursos para implementação de ações.

Estratégia de Conservação e Uso Sustentável das Áreas Úmidas no Brasil: Foi informado que o documento "Estratégia de Conservação e Uso Sustentável das Áreas Úmidas no Brasil" estava em consolidação à luz das contribuições recebidas na consulta pública promovida pelo MMA em sua página eletrônica,

dos participantes da oficina de trabalho realizada para esse fim, e dos membros do CNZU. Foi dito que ainda há indefinição de como se dará a formalização e divulgação da "estratégia". Cristina Cuiabália (SESC Pantanal/Sítios Ramar) disse que ainda há grande desconhecimento sobre Ramsar e que a estratégia deve focar na informação do público em geral.

Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas: Informou-se que o próximo congresso brasileiro de áreas úmidas CONBRAU será realizado em Brasília, entre os dias 2 e 5 de dezembro, sob coordenação do ICMBio e apoio de diversas outras instituições. O tema do congresso será "serviços ecossistêmicos e políticas públicas" e toda programação e maiores informações podem ser acessadas em sua página eletrônica:

<https://congresso.areasumidas.org.br>. Também foi dito que o ICMBio solicita apoio financeiro para a realização do congresso e, nesse momento, Kleber Santos (MAPA) disse que poderia verificar essa possibilidade junto ao seu Ministério. Após apresentação da programação do evento, questionou-se a ausência de discussões sobre mudanças climáticas e áreas úmidas. Foi dito que este pleito será levado à coordenação do congresso.

4. Projeto Manguezais do Brasil

Adriana Leão (ICMBio) iniciou sua fala dizendo que o Projeto Manguezais do Brasil se encerrou com 100% de execução orçamentária e que gerou muitos produtos, alguns deles mencionados em sua apresentação. Um deles foi o Atlas Manguezal, apresentado pela professora Yara Novelli (Rede Manguemar).

Atlas Manguezal: Yara Novelli (Rede Manguemar), na condição de membro da equipe de produção do Atlas Manguezal, destacou o grande número de colaboradores e apresentou como foi o processo de sua elaboração, que culminou no belo documento que pode ser acessado na página eletrônica do

ICMBio: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/manguezais/atlas_dos_manguezais_do_brasil.pdf. Adriana Leão complementou dizendo que seu lançamento oficial será no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, a ocorrer entre julho e agosto de 2018, em Florianópolis.

Adriana agradeceu à professora e continuou sua explanação dizendo da importância dos manguezais do Brasil, que representam 7,4% de todo o mundo, com seus 13.989 km² de área, da foz do rio Oiapoque/AP até a divisa dos municípios de Laguna e Jaguaruna/SC. Descreveu diversas características do ecossistema,

incluindo os serviços que prestam, dentre eles os relacionados à segurança alimentar para cerca de 500 mil famílias, e as ameaças que vem sofrendo, tais como: Expansão urbana, industrial e de empreendimentos turísticos; Poluição doméstica e industrial; Aquicultura (carcinicultura); Agricultura (arroz e cana-de-açúcar); e Pesca predatória. Disse que 87% dos manguezais do Brasil encontram-se em UC e, dentre as UCs de uso sustentável, 71% estão em APAs, o que cria grande desafio para sua gestão.

Em sua fala mencionou as principais ações implementadas e os resultados alcançados pelo Projeto: i) Monitoramento da cobertura vegetal dos manguezais; ii) Elaboração da estratégia nacional de monitoramento participativo das áreas de manguezal em UC; iii) Criação e ampliação de unidades de conservação com áreas de manguezal; iv) Elaboração do Plano de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal – PAN Manguezal; v) Gestão integrada e co-gestão de UC com áreas de manguezal; vi) Empoderamento comunitário e fortalecimento da gestão e cogestão de unidades de conservação de uso sustentável; vii) Adequação dos instrumentos de gestão das UC a conservação dos manguezais; viii) Mecanismos de fortalecimento e promoção das ações nas UC; e ix) Atlas dos Manguezais Brasileiros.

Citou alguns desafios para o futuro: i) Ampliar a proteção dos manguezais brasileiros através de novas unidades de conservação ampliando seus limites em direção ao continente, incorporando a gestão integrada, considerando a importância das populações humanas; ii) Consolidação e implementação das UC com manguezais (principalmente APA e Resex); iii) Estruturação e valorização das cadeias produtivas dos recursos dos manguezais; e iv) Revisão e adequação do marco regulatório. E, ao final, apresentou uma proposta de plano nacional para conservação e uso sustentável dos manguezais em unidades de conservação, estruturado em 5 componentes, quais sejam: i) Fortalecimento de Unidades de Conservação com áreas de manguezal; ii) Fortalecimento de Áreas de Preservação Permanente com manguezal; iii) Fomentar a Geração de Conhecimento por meio do estímulo à Pesquisa e reconhecimento dos saberes tradicionais; iv) Definir uma metodologia de gestão de conhecimento acessível ao público e que integre todas as áreas temáticas vinculadas com manguezal; e v) Implementar ações que garantam a execução, desenvolvimento, fomento e continuidade do programa para os manguezais. Foi dito que a proposta do plano, em consonância com a "Estratégia de Conservação e Uso Sustentável das Áreas Úmidas no Brasil", será submetida ao MMA e deverá receber contribuições de atores externos, incluindo o CNZU, em um processo coordenado entre ICMBio e MMA. Sugeriu-se que seu lançamento poderia se dar juntamente com a "Estratégia" durante o próximo CONBRAU.

5. Proposta de novos sítios Ramsar

Estação Ecológica de Taiamã: O analista ambiental e gestor da ESEC de Taiamã, Daniel Kantek, proferiu a apresentação da candidatura da UC a novo sítio Ramsar. Em sua rica apresentação, mostrou as características da região, inserida no Pantanal Mato-grossense. Falou da presença de espécies ameaçadas de extinção, dos possíveis impactos ambientais em seu entorno, e outras informações presentes na Ficha de Candidatura. Ao final, ressaltou-se o grande empenho do gestor para levar a diante a candidatura, o que demonstra seu interesse e comprometimento com a agenda Ramsar. Também mencionou-se o apoio formal dado à candidaturas por diversas instituições, como o "Instituto Gaia" e o INAU. **O CNZU se manifestou positivamente à proposta, aprovando-a** e, por isso, a SBio/MMA a incluirá no sistema de Ramsar para avaliação pelo secretariado da Convenção. Foi dito que essa avaliação poderá demorar algum tempo, a depender da prioridade dada à proposta, uma vez que Ramsar não conta com uma grande equipe para este trabalho.

Região da divisa entre MS, PR e SP: Adriana Leão (ICMBio) reportou que o interesse em candidatar a região da divisa entre os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo surgiu em uma das reuniões do Conselho Gestor do Parque Estadual do Rio Ivinhema, onde os conselheiros e gestores das UCs da região, estimulados pela recente reconhecimento do sítio Ramsar do Parque Nacional de Ilha Grande - PR/MS, discutiram a possibilidade desta proposta. A proposta incorpora as seguintes UCs: APA das ilhas e Várzeas do Rio Paraná - MS/PR/SP, Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema - MS, Parque Natural Municipal de Naviraí - MS, Estação Ecológica Veredas de Taquarussu-MS, RPPN estadual Santa Cecília-MS e demais UCS municipais e RPPNs. A região já conta com o sítio Ramsar Parque Nacional Ilha Grande, mas muitas outras áreas úmidas poderiam ser agregadas em um sítio Ramsar em escala mais regional. Disse que a região possui atributos de conservação, conectividade ecológica e manutenção de serviços ecossistêmicos altamente relevantes, e já possui integração de ações de gestão entre UCs, além de forte papel social desenvolvido

pelos conselhos das UCs e outras instâncias territoriais. A proposta, bem recebida pelo colegiado, deverá ser trabalhada e futuramente será submetida ao CNZU para apreciação final.

Rio Juruá: A proposta do sítio Ramsar regional do rio Juruá foi apresentada pelo analista ambiental Maurício Pompeu (SBio/MMA). Mencionou que o rio Juruá é um dos mais importantes contribuintes do rio Solimões e que possui diversas unidades de conservação em seu entorno, principalmente de uso sustentável, além de inúmeras TIs. Por isso, haveria argumentos suficientes para o reconhecimento internacional de sua importância para conservação e uso sustentável de suas áreas úmidas. Destacou os serviços ecossistêmicos providos pelas áreas úmidas, e os critérios que classificam a região como apta a se tornar sítio Ramsar, como a presença de espécies raras e ameaçadas, sua grande diversidade biológica, incluindo a significativa riqueza de peixes, presença de locais de desova, nidificação e refúgio de peixes, além da presença de diferentes tipos de áreas úmidas, como as várzeas e igapós, os rios que constituem a bacia hidrográfica, os lagos e campinaranas. Ressaltou que parte da proposta, sobretudo a presente do estado do Acre, está dentro da faixa de fronteira (150 km a partir da fronteira com os demais países). Por se tratar de área sensível do ponto de vista da defesa nacional, a proposta de reconhecimento se daria em duas etapas. A primeira centrada no estado do Amazonas, fora da faixa de fronteira, e a segunda etapa, que depende do aval do Gabinete de Segurança Institucional e do Conselho de Defesa Nacional, assim como reportado para a ampliação do sítio Ramsar Rio Negro. Ao final da apresentação, o CNZU entendeu que a proposta precisa ser melhor trabalhada para nova apreciação futura pelo colegiado.

Rio Guaporé: A proposta do sítio Ramsar regional do rio Guaporé foi apresentada pela Débora Calheiros (Rede Pantanal), que relatou as principais características da região, como as formações vegetacionais, os serviços ecossistêmicos prestados pelas áreas úmidas, a dimensão dos beneficiários destes serviços, aspectos da biodiversidade, o fato de ser uma zona núcleo da Reserva da Biosfera do Pantanal, etc. Destacou que a região apresenta inúmeras Terras Indígenas e Unidades de Conservação, mas também apresenta alto grau de ocupação e desmatamento. Após sua apresentação, o colegiado ponderou que era necessário maior amadurecimento da proposta, com a correção de informações da Ficha de Candidatura e, talvez, maior reflexão a respeito das áreas menos conservadas presentes na proposta. Também se destacou que a integralidade da proposta se encontra dentro da faixa de fronteira, portanto, para seguir a diante com a candidatura, será necessária a aprovação dos órgãos ligados à defesa nacional, assim como parte da proposta do rio Juruá e ampliação do Rio Negro.

6. Relato sobre a reunião do Comitê Permanente de Ramsar:

Igor Barbosa, representante do MRE no CNZU, relatou as discussões que ocorreram durante a 54ª reunião do Comitê Permanente da Convenção, quando se tratou das minutas de resoluções a serem levadas à COP-13 de Ramsar. Destacou que as minutas ainda serão trabalhadas pelo secretariado de Ramsar, que as disponibilizará até 21 de julho, quando todos poderão analisá-las e encaminhar sugestões para o MMA e MRE, de modo a subsidiar a delegação brasileira na COP. O MMA se prontificou em sistematizar as resoluções para facilitar a leitura e contribuições dos membros do CNZU. Destacou, também, que as inscrições para participação na COP estão abertas e, até 20 de julho, há possibilidade de solicitar espaço para eventos paralelos na conferência das partes. Nesse momento, o representante da WWF-Brasil manifestou o interesse em apoiar um evento paralelo sobre o Pantanal em cooperação com governo, com a possibilidade, inclusive, de arcar com as despesas de um participante do governo.

7. Processo eleitoral para representantes de ONGs no CNZU:

Maurício Pompeu apresentou o *status* do processo eleitoral das ONGs no CNZU. Lembrou que a Portaria MMA nº 25/2016, que estabeleceu as regras para a definição das organizações da sociedade civil ambientalistas - OSCs representadas no colegiado, foi construída em conjunto com ONGs e o próprio CNZU. Disse que bastante tempo havia sido dado para que as ONGs interessadas em ingressar, ou permanecer, no CNZU pudessem se cadastrar no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas - CNEA, pré-requisito para participar do processo eleitoral. O processo no momento encontrava-se sob análise da consultoria jurídica do Ministério e, assim que analisado e aprovado, um edital eleitoral, na forma de portaria ministerial, será publicado para iniciar o processo. O analista apresentou o cronograma de cada etapa do processo, cuja previsão é de 165 dias para sua finalização após a publicação do edital. Durante as discussões sugeriu-se que o tempo de experiência requerido para comprovação da atuação das ONGs em áreas úmidas

deveria ser reduzido de 10 para 5 anos, o que foi acatado pela SBio/MMA e fará a alteração na minuta do edital eleitoral.

Após a apresentação e debates, o colegiado se manifestou sobre a constituição da Comissão Eleitoral, a ser responsável por: i) homologar as candidaturas; ii) validar o resultado final da eleição; e iii) decidir sobre recursos interpostos durante o processo eleitoral. Segundo a Portaria MMA nº 25/2016, ela deve ser constituída por representantes (titular e suplente) da Secretaria de Biodiversidade do MMA; de OSC ambientalista; e da comunidade acadêmica e científica. Foi acordado que: i) O representante titular das OSCs ambientalistas será a Débora Calheiros (Rede Pantanal), que manifestou que a ONG a qual representa não se candidatará a uma das vagas no CNZU (seu suplente ainda precisa ser definido e, para isso, o colegiado foi instado a fornecer indicações); ii) Foram indicadas as professoras Cátia Nunes, Carolina Joana e Maria Tereza Piedade para comporem a representação da comunidade acadêmica e científica (o MMA irá sondá-las quanto ao interesse em exercer a função); e iii) A SBio/MMA indicará seus representantes, dando preferência para ao menos um advogado, uma vez que se suscitou a possibilidade de ocorrerem questões de ordem jurídica, sobretudo quando da análise de eventuais recursos.

Ao final acordou-se que a SBio/MMA irá encaminhar a todos do CNZU os procedimentos para o cadastramento de ONGs junto ao CNEA.

8. Proposta de Recomendação CNZU:

A proposta de recomendação CNZU a respeito do cultivo de pastagens plantadas no bioma Pantanal havia sido apreciada na 18ª reunião do Comitê. Recordou-se que, naquela ocasião, o representante do MAPA pediu vistas à proposta para melhor representar o posicionamento de sua instituição. Kleber dos Santos (MAPA), então, discorreu sobre como havia promovido as discussões no ministério e vinculadas, enfatizando que as propostas de alterações que ele provocaria eram fruto deste processo.

Isto posto, foi realizada a leitura da minuta de recomendação, sendo feitos ajustes pontuais no decorrer das discussões. Ao final, a recomendação foi aprovada e deverá ser submetida à apreciação do Presidente do CNZU para, s.m.j., assinatura e ampla divulgação.

9. Outros assuntos:

Sugeriu-se que na próxima reunião do colegiado seja realizada apresentação dos planos de ações nacionais PANs relacionados às áreas úmidas.

Débora Calheiros (Rede Pantanal) sugeriu uma nova candidatura a sítio Ramsar, a APA Estadual Nascentes do Rio Paraguai (MT), situada nos municípios de Alto Paraguai e Diamantino. A SBio/MMA informou que essa demanda poderia ser melhor trabalhada e apresentada no CNZU para apreciação em uma próxima oportunidade.

Débora Calheiros sugeriu que o colegiado trabalhasse em duas novas recomendações: i) sobre a recuperação de Buritizais; e ii) sobre a produção agrícola em Áreas de Proteção Ambiental - APAs. Sugeriu-se que a conselheira elabore as minutas para apreciação do CNZU, o que poderá ocorrer já na próxima reunião.

10. Encerramento

Ao final, sob a condução do analista ambiental Maurício Pompeu (SBio/MMA), deu-se por encerrada a décima nona reunião ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício dos Santos Pompeu, Analista Ambiental**, em 17/02/2020, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0232685** e o código CRC **66E07752**.

Referência: Processo nº 02000.009474/2018-80

SEI nº 0232685